

Sobre crise: significados e perspectivas. Entrevista com Marco Américo Lucchesi

On the crisis: meanings and perspectives. Interview with Marco Américo Lucchesi

Maria Helena Magalhães de Mendonça (<http://orcid.org/0000-0002-3917-9103>)¹

Claudia Brito (<https://orcid.org/0000-0002-7982-6918>)¹

Lilian Miranda (<http://orcid.org/0000-0002-8238-8111>)¹

Sheyla Maria Lemos Lima (<http://orcid.org/0000-0003-1450-0498>)¹

Antônio Ivo de Carvalho (<https://orcid.org/0000-0002-3041-3493>)²

Mauricio Teixeira Leite de Vasconcellos (<http://orcid.org/0000-0003-1658-2589>)³

Abstract *In this interview, Marco Américo Lucchesi, Tenured Professor of Comparative Literature at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), visiting professor of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz), and member and president of the Brazilian Academy of Letters, outlines his perception of the current crisis and the impact on the consolidation of Brazilian democracy. Based on his experiences as a critic and intellectual, he comments on the attacks on culture and the production of knowledge that we have witnessed in Brazil. He reminds us that no democracy is a fully-fledged ontological reality and highlights the role of schools and universities in mobilizing citizenship and spreading republican values. He highlights some achievements that are expressed by the presence of Indians and African Brazilians in universities. Acknowledging the call for help inherent in every crisis, he calls upon us to revive the dream and courage and advocates the suspension of distinctions in favor of forming a front of democracy and solidarity. These are analyses and convocations that are based, at all times, on a firm confidence in the power and capacity of resilience of culture.*

Key words *Consolidation of Brazilian democracy, Attacks on culture and the production of knowledge in Brazil, Indians and African Brazilians in universities, Capacity of resilience of culture*

Resumo *Na entrevista, Marco Américo Lucchesi, professor Titular de Literatura Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor convidado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), membro e presidente da Academia Brasileira de Letras, apresenta sua percepção da crise atual e do impacto sobre a consolidação da democracia brasileira. Com base em suas experiências como intelectual crítico e atuante, comenta os ataques que assistimos, no Brasil, à cultura e à produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, lembra que nenhuma democracia se configura como uma realidade ontológica terminada e ressalta o papel das escolas e universidades na mobilização da cidadania e na difusão de valores republicanos. Frente à constatação de que vivemos uma profunda mudança de registro cultural, aponta algumas conquistas que se expressam, por exemplo, pela presença de índios e negros nas universidades. Reconhecendo o pedido de socorro imerso em todas as crises, convoca-nos a reavivar o sonho e a coragem, combustíveis da utopia, e defende a suspensão das distinções em favor da formação de uma frente democrática e solidária. São análises e convocações que se pautam, o tempo todo, numa firme confiança na potência e na capacidade de resiliência da cultura.*

Palavras-chave *Consolidação da democracia brasileira, Ataques à cultura e à produção de conhecimento no Brasil, Índios e afro-brasileiros nas universidades, Capacidade de resiliência da cultura*

¹ Departamento de Administração e Planejamento em Saúde, ENSP, Fiocruz. R. Leopoldo Bulhões 1480/717, Manguinhos. 21041-210 Rio de Janeiro RJ Brasil. lilian.miranda@ensp.fiocruz.br

² Centro de Estudos Estratégicos, Fiocruz. Rio de Janeiro RJ Brasil.

³ Escola Nacional de Ciências Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro RJ Brasil.

Marco Américo Lucchesi é professor Titular de Literatura Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor convidado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e membro da Academia Brasileira de Letras, a qual preside desde 2017. Em seu discurso de posse, bem como em publicações em veículos de grande circulação, como O Globo (12 de maio de 2019) e Carta Capital (18 de novembro de 2018) vem tratando sobre a temática da crise e seu impacto na sociedade brasileira na contemporaneidade.

Recebeu diversos prêmios por sua obra poética e ficcional, dentre os quais o Jabuti, o Marin Sorescu da Romênia, Cavaliere da República Italiana e o Alceu Amoroso Lima, dedica-se a uma ampla gama de atividades de memorialista, ensaísta, tradutor e editor. É doutor Honoris Causa da Universidade de Timisoara e pertence à diversas instituições, dentre as quais se destacam a Academia das Ciências de Lisboa (sócio correspondente); Accademia Lucchese di Scienze, Lettere e Arti (sócio correspondente); Academia Paraguaya de la Lengua Española (sócio correspondente); Sociedade Brasileira de Geografia; Sociedade de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente (Presidente); dentre outras.

Na presidência da ABL organiza diversos intercâmbios culturais entre a Academia e escolas, hospitais, bibliotecas, instituições socioeducativas, Marinha do Brasil, realizando visitas e palestras seguidas da doação de livros e de computadores, além de desenvolver projetos literários e educativos em comunidades, associações comunitárias, escolas e prisões cariocas, que o distingue como um defensor dos direitos humanos. Nessa mesma função também tem realizado acordos internacionais com outras academias e instituições de Cultura, como a Deutsche Akademie Für Sprache und Dichtung, a Accademia Nazionale dei Lincei e a Real Academia Galega.

O acadêmico foi muito gentil e solícito em aceitar a proposta dos organizadores quanto a abordar a temática da publicação. Dialogou com a equipe de editores e construiu sua contribuição na forma de uma entrevista via meio eletrônico, a partir de um roteiro de perguntas que explora sua percepção da crise atual e seu impacto sobre a consolidação da democracia, em meio a suas experiências e vivências como intelectual crítico e atuante, sua responsabilidade social e política como membro e presidente da ABL.

Há um certo consenso de que as democracias estão em crise no mundo inteiro. Como você vê isso no âmbito nacional e global?

É o diagnóstico do profundo mal-estar que nos cerca. A crise de representação não é pequena. As reformas política e eleitoral não se realizaram nos últimos vinte anos e a crise econômica desvelou, uma vez mais, a desigualdade profunda que divide o país. Depois veio o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e uma série de mazelas com a rumorosa sinfonia das prisões, da epidemia do encarceramento como solução da política. O combate à corrupção precisa ser efetivado, mas não pode ser a pauta única, salvadora e decisiva. O problema da corrupção é debatido desde o Antigo Egito. Mas foi a demonização da política, de modo irresponsável, que nos levou ao extremismo. E também uma espécie de *Mani Pulite* tropical criou uma via de mão dupla. De um cenário devastado, em Roma, nasceram situações extremas. As últimas eleições não deixam margem à dúvida. A analogia infelizmente funciona, embora piorada no Brasil. Porque a Itália não perdeu, mesmo na era do populismo de direita, o sistema de peso e contrapeso na sua democracia. Esse mantra foi repetido, desde o *impeachment*. Peso e contrapeso faltaram. Cada instituição ou servidor reivindicou para si a tutela da República, sob um messianismo kamikaze. E, agora, quem feria é alvejado, vítima e algoz mudaram de posição, como na dialética de Hegel, o senhor e o escravo. Erramos todos, cada qual a seu modo. O *mea culpa* abrange também o campo democrático. Ou porque não soube ler. Ou porque se dividiu intensamente. Perdemos ocasião magnífica para consolidar a democracia, aprofundando-a com vigor, ampliando a espessura da República desde 1988. Se considerarmos o duplo corpo Rei, segundo Kantorowicz, perdemos o “corpo místico” da cidadania. O soberano foi visto sob lentes ontológicas. O corpo era mortal, mas também pertencia a uma ideia perene do corpo de uma ideia continua e abstrata de rei, independentemente de quem fosse coroado. Assim, me refiro ao corpo místico, não mais do rei, ou do presidente, mas da cidadania. Passar do rei ao povo, eis a chave. Mas o que vemos? Uma notícia demolidora, uma conquista a menos. O desejo de enxugar a Constituição, de fatiá-la e desidratá-la, sobretudo na promoção da igualdade e da justi-

ça social. Vejo também o ódio à Universidade e o ódio ao pensamento. Passamos do protofascismo ao pornofascismo, ao exercício de uma biopolítica perigosa. É preciso reconstruir as alianças do campo democrático. Um programa comum para diluir as diferenças que eventualmente nos separam. Quando a democracia corre perigo, por favor, sejamos sensatos.

Como isso se expressa: no campo da produção de conhecimento? Na produção artística? Nas formas de sociabilidade e nos comportamentos?

O que mais espanta no Brasil é acompanhar o não-pensamento dos autoproclamados pensadores, que vai da filosofia do turpilóquio à estética da agressão brutal (vejam a *Topologia da violência* de Byung-Chul Han)¹. Não há problema em ser de centro, direita ou esquerda. Não pode haver ostentação da ignorância, desprezo da cultura e da ciência, no desfile de horrores capitaneados por terraplanistas, antidarwinistas, e outras modalidades da desinteligência. É preciso qualificar o debate. De um lado o marxismo vulgar, que não faz justiça a Marx. De outro, uma visão canhestra que não faz jus a um rol de pensadores de direita que merecem atenção. Espanta o projeto de assalto ao estado laico, segundo certas autoridades que se consideram iluminadas, embaixadores de um deus capitalista, munidos de telefone vermelho, estilo Gotham City. Sugiro que façamos o que Victor Klemperer realizou no clássico *A linguagem do terceiro reich*² porque o campo semântico é riquíssimo na atual penúria de ideias. Klemperer estudou pontualmente os sintagmas da extrema direita, sujeitos e objetos frasais, para iluminar a lógica do fascismo. Certas figuras do atual governo vivem de alucinações e aprisionam o país dentro dos fantasmas nos quais acreditam. Vejam o macarthismo anacrônico. Para determinada figura do governo, a Guerra Fria não acabou e os tanques soviéticos chegarão a Cuba para invadirem o Brasil. Essa realidade cabe num manual psiquiátrico e nem tanto num compêndio de sociologia. Mas o pitoresco não é o limite. A realidade não para no caso clínico. A histeria coletiva de certos dirigentes elegeu a Universidade como inimiga. E promete um repertório de ameaças. Não devemos subestimar ninguém nessa guerra cultural. A Constituição de 1988 é nosso horizonte. Liberdade de expressão. Liberdade de cátedra. Ensino, pesquisa e extensão. Continuemos firmes. Importante criar um observatório de defesa da Universidade, em rede, colaborativa, com viés jurídico, científico e sindical. Não como

discurso de ódio, mas de ilustração diuturna, a serviço da democracia. Os quadros decisórios atuais impressionam. Permanecemos juntos na defesa de nossos centros de pesquisa e universidades, nosso maior patrimônio. Tesouro mais valioso que nossas jazidas. Teilhard de Chardin, filósofo e teólogo evolucionista, referia-se à noosfera, à esfera do pensamento, enquanto marca da humanidade. A Terra não seria azul, mas fosforescente como a última camada de Logos. É um livro de grande poesia. A ciência e o ensino de nosso país realizaram altas conquistas republicanas ameaçadas agora pela barbárie coroada. O baixo clero foi elevado às instâncias decisórias. Ler o que pensam os não que não pensam é como ir ao zoológico, com todo o respeito aos direitos animais, ou a um gabinete de curiosidades.

É preciso mobilizar a cidadania. Através dos centros de pesquisa, das escolas e universidades. Promover a compreensão, difusa e pontual, de valores republicanos, das camadas de democracia. E sobretudo lançar mão dos instrumentos jurídicos estabelecidos. O Executivo produziu um vídeo canhestro e vexaminoso, lançado no dia 31 de março, com um discurso pessimamente escrito e dirigido, uma apologia à ditadura. Isso constitui, para dizer pouco, um gesto heterodoxo e reprochável. Em casos semelhantes, deve-se buscar o Supremo Tribunal Federal. Os instrumentos de contestação estão garantidos pelo Estado de Direito. E é preciso não perder este cenário importante.

Você percebe uma mudança na produção científica e artística ao longo do tempo que reflete novas formas de sociabilidade e comportamento?

Vivemos uma decisiva mudança de registro cultural. Dos estatutos de emancipação às formas inovadoras de processos mutualistas, debates sobre a democracia virtual e direta (um pouco menos ingênua do que antes), gramáticas do amor e da sexualidade, e as novas teologias das religiões. Um processo ecumênico fascinante seguido pelos nossos pesquisadores. Interessante saber que temos 60.000 índios nas universidades e uma presença reduzida, embora importante, de quilombolas, a par do sucesso das quotas sobretudo para afrodescendentes. Eis um caminho de mudança e transformação. O trabalho bilíngue dos anos 80 até hoje recuperou a nossa diversidade cultural e linguística. É também impregnado por um alto simbolismo. Uma das mais bem-sucedidas conquistas no campo das nações indígenas dentro de nosso país. Quem dá aula em Universidade pú-

blica sabe como e quanto as quotas se mostraram essenciais, renovadoras, democráticas. Oportuno o encontro proposto pelo Papa Francisco sobre a Amazônia, em outubro. As nações indígenas não são apêndice ou mero traço de união entre barbárie e civilização, como disse uma dessas figuras inomináveis. O direito de viver a própria cultura e o direito de pronunciar a própria língua resultam do processo civilizatório.

Em seu discurso de posse na ABL, encontramos a frase: “A cultura é o último baluarte da democracia. Quanto a mim, não deixei de escrever e sonhar”. Essa formulação ou articulação entre a crise da democracia e da cultura pode afetar ou desvalorizar a transmissão de valores de paz, de pluralidade e aceitação do outro, inscritos na perspectiva universal dos direitos e de seus desdobramentos político, social, econômico e filosófico?

Isso de fato preocupa. Alguém diz “entupir as prisões”. Outro brada “dizimar a esquerda”. E, depois, as milícias virtuais e não apenas. Há um cardápio explosivo que mistura violência e ignorância. Vejam o caso da tragédia da escola de Suzano. Um representante da bancada da bala pensou em armar professores e merendeiras. A questão não é apenas imoral. Trata-se de abrir o país a um mercado perigoso. Falhamos de muitas maneiras, como dizia Hermann Broch. Em vez de pensar em aprofundar o ensino e a escola, e de torná-la universal, assistimos ao fundamentalismo armado para todos. Destaco, na contramão, porque a serviço da paz, o trabalho da pastoral penal com Valdir da Silveira e a agenda positiva do Conselho Indigenista Missionário, além da pastoral dos imigrantes. Belo triângulo que opera no campo do acolhimento e da hospitalidade. Em vez de armar as escolas, procuro ampliar as bibliotecas.

Você já definiu a crise que vivemos como um momento agudo, de perigo, pleno de urgências. O que melhor caracteriza essa urgência por respostas, por socorro, de modo que possamos buscar soluções a ela?

Não me canso de dizer a mim mesmo “onde há perigo cresce também o socorro”. E que a diversidade há de salvar o Brasil, assim como, em Dostoiévski, a beleza salvará o mundo. Palavras do príncipe Myskhin em *O idiota*. As soluções precisam ser colegiadas. Na amplitude do debate, no esforço de garantir o funcionamento da de-

mocracia e do trabalho vigilante. Estudar mais, produzir mais, esclarecer, ampliar o debate nas mídias sociais com abertura de princípios e intensidade. Lembrar que a democracia, ou antes a república, no sentido mais amplo, não é uma realidade ontológica terminada, e uma vez encarnada não exige esforço algum porque reificada e pronta. É uma crise de alta complexidade essa dentro de cuja sombra vivemos. Vico fala de barbárie da razão, num dos belos capítulos de *A ciência nova*. Mas também diz que é uma fase. E, no entanto, basta pouco para destruir. E alguém se autoneomeou recentemente destruidor. Quanto a cada um de nós, dentro das salas de aula, e no espaço público, e sob a visão de Nietzsche, vamos tirar do caos uma estrela.

Em suas diversas entrevistas, você destaca exemplos de revolução silenciosa nas escolas, nos presídios, nos centros psicossociais, onde a ação de agentes sociais individuais ajuda a definir projetos políticos coletivos e promotores de paz. Como tem mantido suas ações neste âmbito e como elas reverberam na Academia e na sociedade? Você vê repercussões para a formulação de políticas públicas? (Questão de letramento/ linguagem escrita?)

Continuamos firmes no processo. Especialmente quando a ideia de diminuir a maioria penal surge como panaceia. Cega ilusão, tóxica e dramática para o futuro dos jovens e do país. Genocídio anunciado. Em vez de pensar em escolas diferenciadas, de resgate social e formação de cidadania, a solução proposta é condenar a nossa juventude, negra e pobre. Há uma série de experiências alternativas de execução penal dentro e fora do país. Mas continuamos no atraso. Punir. Punir. E continuar a punir. Como dizia Darcy, se não construíssemos escolas teríamos de criar mais presídios. E acertou em cheio. Somos o terceiro país no mundo em população carcerária. E a violência aqui fora piorou porque o vínculo é direto e proporcional. A lógica da masmorra e do ódio prevalece diante dos limites da dignidade do homem. Não queremos um Estado vingador. Nem tampouco seus agentes como profetas da vingança. Cito o livro de Agnes Heller que diz tudo: *Para além da justiça*. Mas não apenas a prisão. Visito as escolas de periferia e as mais vulneráveis, e agora as aldeias no Rio de Janeiro e as comunidades quilombolas. Levamos livros. Conversamos. Isso também é, em pequena escala, celebrar a cultura da paz.

A sua aproximação com a saúde mental, ou com o tema da loucura, por meio do pensamento e trabalho de Nise da Silveira, influenciaram seu trabalho?

Nise da Silveira, a doutora por antonomásia, doutora rebelde, conquistou regiões esparsas dos meus vinte e poucos anos. Estudei a sua obra com tenacidade. Aprendi tantas coisas até então ignoradas. Foi uma espécie de sublime porta, uma enseada cercada de belas colinas, um solo para violoncelo. Quanto devo à doutora Nise e como perdura o bem e a dívida, tão inadimplente me tornei de seu afeto e cortesia. Posso dizer que foi um divisor de águas na minha vida. Antes e depois de 1987. Olhar para a terra sáfara da loucura. O Ur-continente. Isso não foi pouco. Ela desbravou os conteúdos psíquicos sem prejuízo da leitura política do processo. E bem antes da antipsiquiatria, abriu o hospital, em diversos sentidos, e criou a Casa das Palmeiras, em 1956. Visitei não poucos hospitais psiquiátricos. Hoje presido (ou sou presidido pela) a Associação de Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente. Tenho a honra de trabalhar, dentre outros, com os amigos pioneiros de Nise, os mosqueteiros Lula Melo, Eurípedes Junior e Gladys Schincariol. Não faltam projetos de envergadura. Fico, no entanto, extremamente preocupado com a volta do velho modelo hospitalar, com a danosa ressurreição do eletrochoque. A lei Paulo Delgado pode ser aperfeiçoada, mas não rasurada. Lamentavelmente assistimos a uma revanche da indústria farmacêutica e a outros interesses subsidiários que produzem mais retrocesso. O Conselho Federal de Psicologia não deixou de enfrentar o

problema e desmistificar os que defendem, como dizia Nise, a camisa de força química. É preciso dizer: Não!

Através de quais caminhos e estratégias a ciência ou cultura poderiam colaborar para o enfrentamento dessa crise, ou para que todos possamos continuar escrevendo e sonhando?

Sonhar sempre e de olhos abertos como disse Ernst Bloch, autor de *O princípio-esperança*. Uma ética solidária, da defesa da cultura e, isso a cada dia, um recomeço, no laboratório, na divulgação científica, nos projetos de extensão. O direito de sonhar, dizia Bachelard, é anterior à Constituição. A Utopia se alimenta do combustível feito de sonho e coragem.

Quais são os possíveis caminhos para o avanço do conhecimento científico, de base ética, em contexto de cerceamento de ideias; restrições financeiras; exacerbação do medo de exposição; e produção de “fake news”?

Coragem antes de tudo. Não ter medo. Com uma dose de prudência e de cuidado. Não ter medo. Esse é nosso pior inimigo. A cultura vence ao fim e ao cabo. Mas por favor: sem divisões o desafio não é pequeno. Depois as distinções. Uma frente democrática atenta aos ventos que sopram. Buscar a defensoria pública, o sindicato, as redes solidárias e um percurso de defesa intransigente da liberdade de cátedra e da universidade. Não é a primeira vez que vivemos tantos desafios. A questão é que se tornaram poliédricos e mais complexos. Fiquemos de mãos dadas.

Referências

1. Han BC. *Topologia da violência*. Rio de Janeiro: Vozes; 2017.
2. Klemperer V. *A linguagem do terceiro reich*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; 2019.